

## ANEXO AO ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR - ETP

O presente documento visa realizar processo licitatório para **Construção do Palco de Eventos do Apeú, no Município de Castanhal/PA.**

### 1. ESTIMATIVA E REFERÊNCIA DE PREÇOS

O ETP que subsidia esse Termo de Referência considerou Preços referenciais do SINAPI, SEOP, SUDECAP, EMBASA, ORSE. Com data base de junho de 2025.

A planilha orçamentária foi elaborada considerando o BDI de 22,10% e a aplicação dos Encargos Sociais na modalidade Não Desonerada, estando estruturada de forma detalhada com a discriminação dos serviços previstos e a indicação de seus respectivos valores, possibilitando transparência, rastreabilidade e precisão na estimativa dos custos da obra.

A tabela a seguir apresenta o resumo do orçamento elaborado para o objeto em questão, contendo a consolidação dos principais serviços, quantitativos e respectivos valores estimados, de forma a oferecer uma visão clara e objetiva da composição dos custos previstos para a execução da obra.

ITEM	SERVIÇOS	VALOR TOTAL
1.1	ADMINISTRAÇÃO LOCAL DA OBRA	R\$ 52.913,24
1.2	SERVIÇOS PRELIMINARES	R\$ 22.956,91
1.3	FUNDAÇÃO	R\$ 32.861,80
1.4	ESTRUTURA EM CONCRETO ARMADO	R\$ 111.702,82
1.5	ESTRUTURA METÁLICA E COBERTURA	R\$ 213.424,64
1.6	IMPERMEABILIZAÇÃO	R\$ 4.021,69
1.7	CALHA	R\$ 6.156,18
1.8	ALVENARIA E REVESTIMENTO	R\$ 87.578,10
1.9	PISO	R\$ 65.319,45
1.10	PLATAFORMA ELEVATÓRIA	R\$ 49.542,08
1.11	PORTAS E ESQUADRIAS	R\$ 30.583,10
1.12	INSTALAÇÕES ELÉTRICAS	R\$ 77.238,89
1.13	INSTALAÇÕES HIDROSSANITÁRIAS	R\$ 22.119,14
1.14	PLUVIAL	R\$ 4.277,25
1.15	LOUÇAS E ACESSÓRIOS	R\$ 37.838,45
1.16	PINTURAS	R\$ 24.241,95
1.17	PREVENÇÃO E COMBATE À INCÊNDIO	R\$ 1.561,39

1.18	SERVIÇOS FINAIS E ENTREGA	R\$ 7.050,75
VALOR TOTAL COM BDI		R\$ 851.388,24

## **2. EXIGÊNCIA DE GARANTIA DA PROPOSTA**

Visando à otimização e à segurança do presente processo licitatório, a Administração propõe, de forma excepcional e motivada, a **exigência de garantia da proposta**, nos termos do § 3º do art. 58 da Lei Federal nº 14.133/2021. A adoção dessa medida justifica-se pela necessidade de reforçar os mecanismos de controle e cautela, com o objetivo de prevenir contratações inexequíveis e assegurar a adequada execução contratual.

Em processos anteriores, constatou-se que propostas com valores significativamente inferiores aos praticados no mercado têm levado, com frequência, à recusa de fornecimento por parte das empresas vencedoras, sob a alegação de inviabilidade econômica decorrente da defasagem dos preços contratados. Essa conduta tem causado prejuízos relevantes à Administração Pública, incluindo a paralisação de serviços essenciais, necessidade de anulação de empenhos, aplicação de penalidades e instauração de novos procedimentos licitatórios, gerando ineficiência e aumento do custo administrativo.

Assim, como medida de proteção ao interesse público, propõe-se a exigência de garantia da proposta, limitada a 1% do valor estimado da contratação, conforme previsto no caput do art. 96 da Lei nº 14.133/2021. A garantia poderá ser prestada por qualquer das modalidades admitidas pela legislação, a saber:

- Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública;
- Fiança bancária;
- Seguro-garantia.

Importa destacar que tal exigência não impõe ônus desproporcional aos licitantes, e sim reforça o compromisso com a seriedade das propostas apresentadas, conferindo maior segurança jurídica e previsibilidade ao certame. Tal medida se mostra ainda mais pertinente considerando a natureza técnica do objeto licitado, a complexidade logística envolvida e os impactos diretos em caso de inexecução contratual.

A exigência de garantia da proposta encontra-se plenamente alinhada aos princípios da **eficiência, planejamento, razoabilidade e prevenção de riscos**, e reforça o compromisso da Administração com a **boa governança dos recursos públicos**. Trata-se, portanto, de medida prudente e proporcional para garantir a integridade do procedimento e o êxito da futura contratação.

## **3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO DE MODO GERAL**

**3.1.** Após ampla discussão e levantamento de dados no local onde a obra será executada, a equipe de engenharia, juntamente com o setor de planejamento, conclui que, para atender à necessidade exposta, a solução de melhor custo-benefício seria a Construção do Palco de Eventos do Apeú, no Município de Castanhal/PA.

A fim de que o Objeto possa ser licitado de forma indireta, em regime de empreitada, a equipe de planejamento da contratação, junto ao setor de engenharia, elaboraram os seguintes documentos:

### **a) Planilha Orçamentária**

- Planilha Orçamentária Sintética;
- Planilha de Composição Própria Unitária;
- Planilha de Encargos Sociais;
- Quadro de Composição de Investimento;
- Planilha BDI;
- Memória de Cálculo;
- Cronograma Físico-Financeiro;

**b) Projeto Arquitetônico**

- Planta de Situação / Implantação / Acessibilidade;
- Planta de Layout / Planta baixa / Cobertura;
- Planta de Secções / Detalhes / Fachadas;

**c) Projeto de Combate à Incêndio**

- Projeto de Combate à Incêndio e Emergência: Planta Baixa;

**d) Projeto de Estrutura e Fundação**

- Locação, Formas e Cortes;
- Pilares;
- Elementos Estruturais do Elemento Térreo;
- Vigas do Pavimento Palco;
- Lajes do Pavimento Palco;
- Vias do Pavimento Cobertura;

**e) Projeto de Climatização**

- Instalação do Sistema de Climatização;

**f) Projeto Elétrico**

- Planta de Distribuição de Circuitos e Alimentação;
- Quadros de Carga e Diagramas Unifilares;

**g) Projeto Hidrossanitário**

- Projeto de Água Fria;
- Planta de Esgoto Primário e Secundário;
- Planta de Água Pluvial;

**h) Projeto de Topografia**

- Planta de Topografia;
- Relatório Técnico de Sondagem a Percussão;

**i) Outras Documentações**

- Especificações Técnicas do Orçamento;
- Memorial Descritivo;
- Relatório Fotográfico;

**3.2.** Feito isso, como esta Administração não dispõe, em seu quadro de servidores em quantitativo suficiente para suprir as necessidades de mão de obra qualificada e dedicada à construção civil, não há outra opção senão a contratação de empresa especializada para construir/executar o serviço, haja vista os princípios da eficiência e economicidade, especialmente quanto ao orçamento disponível para atendimento da demanda, a ser formalmente indicado pelo Ordenador de Despesas.

**3.3.** A empresa contratada deverá executar fornecimento dos materiais, equipamentos e todos os insumos necessários à execução do objeto, conforme detalhamentos e em observância às especificações técnicas fornecido pela CONTRATANTE.

**3.4** Especificamente neste objeto, as atividades e etapas deverão ser executadas de acordo com as normas técnicas brasileiras vigentes, especificamente as descritas abaixo:

## 1. Legislação Federal – Obras Públicas e Contratos

- **Lei nº 14.133/2021** – Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos,
- **Lei nº 6.496/1977** – Institui ART/CREA para serviços técnicos.
- **Lei nº 10.098/2000** – Acessibilidade universal.
- **Lei nº 13.146/2015** – Estatuto da Pessoa com Deficiência (apoio às normas de acessibilidade).
- **Lei nº 8.078/1990** – Código de Defesa do Consumidor, no que se refere à qualidade e segurança dos materiais aplicados.

## 2. Responsabilidade Técnica e Profissional

- **Resoluções do CONFEA/CREA:**
  - Resolução nº 1025/2009 – ART e atividades técnicas.
  - Resolução nº 1090/2017 – Responsabilidade técnica por obras e serviços.
- **Código de Ética Profissional da Engenharia e Arquitetura.**

## 3. Normas ABNT

- **ABNT NBR 9050** – Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos, garantindo inclusão e acesso universal ao equipamento público.
- **ABNT NBR 6118** – Projeto de estruturas de concreto, aplicável às fundações e estrutura do palco.
- **ABNT NBR 9077** – Saídas de emergência em edificações, quando aplicável à área de eventos.
- **ABNT NBR 15575** – Desempenho de edificações habitacionais, no que couber à qualidade e durabilidade dos sistemas construtivos.
- **ABNT NBR 5410** – Instalações elétricas de baixa tensão, aplicável às instalações do palco.
- **ABNT NBR 5626** – Instalações prediais de água fria, quando houver previsão de pontos hidráulicos. 11.6. A(s) Licitante(s) vencedora(s) deverá(ão) manter, durante todo o período de execução contratual, profissionais devidamente vinculados à obra, sendo obrigatória a disponibilidade de engenheiro responsável técnico, encarregado de obras e vigia, os quais deverão comprovar vínculo com a CONTRATADA.

A comprovação de vínculo poderá ser feita por meio de:

- Registro em Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), ou
- Contrato de prestação de serviços, contrato social (no caso de sócio da empresa), ou outro documento idôneo que comprove a relação profissional com a CONTRATADA, observado o disposto na legislação trabalhista e na regulamentação profissional pertinente.

No caso do engenheiro responsável técnico, além do vínculo com a empresa, deverá ser apresentada a ART – Anotação de Responsabilidade Técnica registrada no CREA, a qual deverá permanecer válida durante todo o período da execução contratual.

**3.5.** O prazo de execução deverá ser obedecido, conforme cronograma proposto.

**3.6.** As etapas ou atividades executadas pela CONTRATADA, deverão ser previamente aprovadas pela equipe técnica da CONTRATANTE, para posterior pagamento dos boletins de medição. Serviços fora das especificações técnicas ou em desacordo ao orçamento, não serão pagos, e a CONTRATADA deverá arcar com possíveis prejuízos decorrentes de sua atuação.

## **4. RELEVÂNCIA DOS REQUISITOS A SEREM ESTIPULADOS**

**4.1.** Os serviços serão prestados por empresa especializada no ramo, devidamente regulamentada e autorizada pelos órgãos competentes, em conformidade com a legislação vigente e padrões de sustentabilidade exigidos nesse instrumento e no futuro termo de referência.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CASTANHAL**

**4.2** - Trata-se de serviço de engenharia especializado, a ser contratado mediante licitação, na modalidade concorrência, em sua forma eletrônica, critério de julgamento do tipo menor preço global, sob regime de empreitada por preço global.

**4.3** - A empresa a ser contratada deverá possuir a seguinte **QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**.

a) Registro de regularidade da licitante e de seus responsáveis técnicos nas entidades profissionais competentes que permita a execução dos serviços, objeto desta licitação, comprovada através de certidão do órgão em dia. Obs.: caso a empresa vencedora da licitação seja de outro estado, na assinatura do contrato, a empresa e/ou responsável técnico com sede ou acervo técnico de outro estado, deverão apresentar o registro de regularidade com o visto do CREA/CAU/PA, conforme lei nº 5.194/66 e resoluções 266/79 e 413/97 do CONFEA.

b) Comprovação de aptidão para desempenho da atividade pertinente compatível em características com o objeto da licitação e indicação do objeto, bem como da qualificação dos membros da equipe técnica. O acervo técnico deverá constar todos os técnicos relacionados no CAT;

**4.4** - A comprovação da capacidade técnica será feita da seguinte maneira:

a) Atestado de desempenho anterior, emitido por pessoas jurídicas de direito público ou privado, acompanhando das respectivas certidões de acervo técnico (CAT), expeditas pelo profissional de nível superior ou médio detentor da anotação de responsabilidade técnica — ART, comprovando a prestação de serviços de características técnicas compatíveis as do objeto da presente licitação.

b) Atestado de conclusão do serviço e descrição dos serviços executados; comprovação de vínculo de trabalho entre os técnicos indicados e a empresa licitante, esta comprovação poderá ser feita através de CTPS ou contrato de trabalho ou CREA/CAU.

**456. Itens de Relevância Técnica**

A **Curva ABC** é uma metodologia de classificação utilizada para identificar, dentro de um conjunto de itens, aqueles que possuem maior relevância econômica ou impacto no resultado final do objeto analisado. Essa técnica, tradicionalmente aplicada em gestão de estoques e planejamento de obras, organiza os itens em três classes — **A, B e C** — conforme sua representatividade financeira:

- **Classe A:** itens de maior peso econômico, que concentram a maior parte do custo total;
- **Classe B:** itens de importância intermediária;
- **Classe C:** itens de menor impacto financeiro.

No contexto de obras públicas e planejamento orçamentário, a Curva ABC permite destacar os insumos e serviços mais significativos sob o ponto de vista financeiro e técnico, assegurando maior controle, eficiência e precisão na definição dos elementos essenciais à execução do empreendimento.

Os itens enquadrados como de relevância técnica foram definidos com base na Curva ABC extraída do orçamento estimativo da obra, considerando-se os insumos e serviços de maior representatividade econômica e impacto direto na qualidade e funcionalidade do objeto.

A identificação desses itens visa garantir a adequada qualificação técnica das licitantes, de modo a assegurar que a empresa contratada possua experiência comprovada na execução de serviços essenciais à boa execução do empreendimento.

A exigência de demonstração de aptidão técnica para os itens de relevância encontra amparo legal no art. 18, inciso IX, da Lei nº 14.133/2021, que estabelece como requisito do Termo de Referência “a definição dos critérios de medição e de pagamento, bem como a caracterização dos itens de maior relevância técnica do objeto e as exigências de qualificação técnica compatíveis com o objeto licitado”.

Dessa forma, a adoção dos itens de relevância técnica fundamenta-se em critério objetivo, derivado da análise orçamentária e do princípio da isonomia, servindo como parâmetro para a verificação da capacidade técnica das licitantes, nos termos da legislação vigente.

#### 4.6. Da Análise

No tocante à análise dos itens de relevância técnica ou de valor significativo do objeto, destaca-se que, ainda que o critério de julgamento adotado seja o de menor preço global, a Administração realizará a verificação individual dos valores unitários constantes da planilha orçamentária apresentada pelas licitantes.

Essa verificação tem por finalidade assegurar a coerência, a exequibilidade e a compatibilidade dos preços propostos com o orçamento de referência, prevenindo distorções que possam comprometer a execução do contrato. Ressalta-se que não serão admitidos valores unitários zerados, simbólicos ou superiores aos valores estimados pela Administração, especialmente nos itens classificados como de maior relevância técnica ou representatividade financeira.

Durante a fase de análise, poderão ser realizadas diligências complementares, nos termos do art. 64 da Lei nº 14.133/2021, com vistas a esclarecer, detalhar ou comprovar informações apresentadas pelas licitantes, sempre observando os princípios da transparência, isonomia e do contraditório.

A adoção dessa medida visa garantir a adequada formação de preços, o equilíbrio econômico-financeiro da futura contratação e a fiel execução do objeto, em consonância com os princípios da economicidade, eficiência e seleção da proposta mais vantajosa, previstos na Lei nº 14.133/2021.

#### 4.7. Da Subcontratação

A análise preliminar acerca da possibilidade de subcontratação é etapa essencial no planejamento da contratação, tendo em vista a necessidade de avaliar riscos, compatibilizar responsabilidades e assegurar que eventual subcontratação não comprometa a adequada execução da Construção do Palco de Eventos do Apeú, no Município de Castanhal/PA.

Com base no levantamento técnico realizado e nas características do objeto, verifica-se que a subcontratação parcial poderá ser admitida, desde que limitada a até 25% (vinte e cinco por cento) do valor total do contrato, observando-se a regulamentação estabelecida pela Administração e as condições que serão posteriormente detalhadas no Termo de Referência e no edital. A possibilidade de subcontratação deverá sempre resguardar a integridade técnica da obra, a continuidade da execução e a responsabilidade integral da contratada perante a Administração.

Em alinhamento ao art. 122 da Lei nº 14.133/2021, eventuais subcontratações somente poderão ocorrer sem prejuízo das responsabilidades contratuais e legais da empresa contratada, devendo esta apresentar, de forma prévia, documentação capaz de comprovar a capacidade técnica da empresa subcontratada. Tais documentos serão submetidos à avaliação da fiscalização e incorporados ao processo administrativo. Além disso, o ETP destaca que o edital poderá estabelecer vedações, restrições ou condições específicas para a subcontratação, especialmente no tocante aos serviços considerados de relevância técnica para o alcance dos resultados pretendidos na obra.

Adicionalmente, observa-se que será vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica que possua vínculo técnico, comercial, econômico, financeiro, trabalhista ou civil com dirigentes do órgão contratante ou com agentes públicos envolvidos na licitação, gestão ou fiscalização do contrato, bem como de cônjuges, companheiros ou parentes até o terceiro grau, conforme determina o §3º do art. 122 da Lei 14.133/2021. Essa restrição deve constar expressamente no edital e visa mitigar riscos de favorecimento, conflito de interesses e potenciais danos à integridade da contratação.

Importa ressaltar que **será proibida, ainda, a subcontratação integral do objeto ou a subcontratação de serviços considerados de relevância (do valor global e técnica)**, uma vez que esses itens integram o núcleo essencial da obra e são determinantes para garantir a segurança, a funcionalidade, a durabilidade e o desempenho da edificação escolar a ser reformada e ampliada.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE CASTANHAL**

Dessa forma, conclui-se que a subcontratação parcial poderá ser permitida, desde que observados os limites legais, as exigências de habilitação da subcontratada, as condições definidas no Termo de Referência e as vedações previstas na legislação. Caberá à fiscalização a análise prévia, o acompanhamento e o controle das subcontratações, de modo a assegurar que tal prática não comprometa a economicidade, a eficiência e a qualidade da execução contratual.

## **5. BENEFÍCIOS PARA ME/EPP**

Nos termos do §3º do art. 48 da Lei Complementar nº 123/2006, a Administração Pública poderá estabelecer, nos processos licitatórios, margem de preferência de até 10% para microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP) sediadas na região, desde que tal medida seja previamente justificada no processo e guarde compatibilidade com os objetivos da contratação.

Diante disso, esta área técnica propõe a adoção da referida margem de preferência para ME/EPP com sede ou filial em Castanhal/PA ou em municípios integrantes de sua região administrativa, aplicável ao presente certame cujo objeto é a Implantação de Ciclofaixa na Avenida Marechal Deodoro, por se tratar de obra de engenharia com demanda recorrente e descentralizada.

A presente sugestão fundamenta-se nos seguintes aspectos:

- **Desenvolvimento econômico regional:** a adoção da margem de preferência contribui diretamente para o fortalecimento da economia local e regional, incentivando a geração de empregos e fomentando empresas de engenharia de pequeno porte já atuantes no setor de sinalização viária.
- **Eficiência logística e operacional:** empresas situadas na região apresentam maior facilidade para mobilização de equipes, deslocamento de equipamentos, fornecimento de materiais e atendimento emergencial a demandas, assegurando maior agilidade na execução dos serviços.
- **Existência comprovada de prestadores aptos:** a pesquisa de mercado evidenciou a presença de micro e pequenas empresas da região que atuam no ramo de serviços de engenharia de sinalização viária, demonstrando a viabilidade técnica da aplicação da medida.
- **Potencialização do impacto social da contratação:** a medida reforça o caráter indutor da política pública de compras governamentais, ao estimular a inserção produtiva de empresas regionais no setor de infraestrutura urbana e segurança viária.
- **Manutenção da competitividade e da vantajosidade:** a margem de até 10% não elimina a competitividade, apenas assegura que ME/EPP regionais possam disputar em condições próximas às de empresas de maior porte ou de outras localidades, sem prejuízo à vantajosidade da proposta.

### **5.1. FUNCIONALIDADE DO BENEFÍCIO REGIONAL DE 10%**

- Durante a fase de lances na Concorrência eletrônica, a plataforma utilizada para o certame detecta que a proposta de menor valor é de empresa não sediada na região.
- Em seguida, verifica-se se há ME ou EPP da região entre os licitantes que apresentou proposta com valor até 10% acima da melhor proposta.
- Se houver, a ME/EPP regional, ainda que com valor superior, será classificada em primeiro lugar, respeitado o limite legal de 10%.

### **5.2. REQUISITOS PARA APLICAÇÃO**

- A ME/EPP deve comprovar sede ou filial ativa em Castanhal/PA ou município integrante da região administrativa;
- A diferença entre a proposta da ME/EPP regional e a menor proposta não pode ser superior a 10%;
- O edital deve prever expressamente a aplicação da margem de preferência regional;
- O benefício não se aplica a itens reservados exclusivamente para ME/EPP;
- A empresa deve declarar na plataforma eletrônica o porte empresarial, sob pena de desclassificação em caso de falsa declaração.

### 5.3. EXEMPLO PRÁTICO

Suponha que, para a execução dos serviços de **Reforma e Ampliação da E.M.E.F. Ana Paula dos Santos e Santos**, o certame tenha apresentado as seguintes propostas:

EMPRESA	SEDE	PORTE	VALOR PROPOSTO
<b>Construtora Pará Ltda</b>	Belém (PA)	Grande	R\$ 2.480.000,00
<b>Castanhal Obras ME</b>	Castanhal (PA)	ME (regional)	R\$ 2.605.000,00
<b>Norte Engenharia EPP</b>	Ananindeua (PA)	EPP	R\$ 2.620.000,00

- O menor valor ofertado foi o da **Construtora Pará Ltda** (R\$ 2.480.000,00), porém a empresa **não é ME/EPP regional**.
- A empresa **Castanhal Obras ME**, sediada no próprio município, apresentou proposta de R\$ 2.605.000,00, equivalente a **5,04% acima** da menor proposta.
- Como esse percentual está **dentro do limite de até 10%** para aplicação do critério de preferência a ME/EPP local ou regional, a **Castanhal Obras ME** será priorizada e passará à frente da Construtora Pará Ltda., conforme estabelece a legislação vigente.

### 5.4. CAPACIDADE DO MERCADO MUNICIPAL PARA O ATENDIMENTO DO OBJETO

A presente contratação foi precedida de levantamento de mercado, o qual demonstrou que o Município de Castanhal/PA e sua região circunvizinha dispõem de empresas de engenharia e construção civil tecnicamente aptas a executar obras de construção de equipamentos públicos, incluindo estruturas destinadas a eventos e atividades culturais, como o palco do Apeú.

Foram identificadas diversas microempresas e empresas de pequeno porte regularmente constituídas e atuantes no setor de obras civis, com experiência comprovada em serviços como fundações, execução de estruturas em concreto armado e/ou metálicas, montagem de coberturas, instalações elétricas para sistemas de iluminação e sonorização, revestimentos, pintura, acabamentos e demais intervenções necessárias à implantação de palco para uso público. Tais empresas operam em conformidade com as normas técnicas aplicáveis da ABNT, legislação municipal de obras, normas de segurança do trabalho e requisitos de acessibilidade, garantindo a adequada execução da obra com qualidade, segurança e funcionalidade.

Essa realidade confirma que há capacidade operacional, técnica e logística instalada localmente para atender à demanda da Administração Pública municipal com eficiência, qualidade e regularidade, garantindo execução adequada da obra e suporte contínuo durante a vigência contratual. A existência de fornecedores locais aptos reduz custos logísticos, facilita a gestão da obra e permite maior agilidade no atendimento a ajustes, correções e necessidades emergenciais no decorrer da execução.

A constatação da maturidade e diversificação do mercado regional reforça a viabilidade da adoção de medidas voltadas ao fomento das micro e pequenas empresas, como a aplicação da margem de preferência local e regional prevista no §3º do art. 48 da LC nº 123/2006, sem comprometer a competitividade ou a vantajosidade da contratação.

Dessa forma, entende-se legítima, pertinente e vantajosa a adoção da margem de preferência local/regional de até 10%, aplicável nos termos do edital aos itens não reservados exclusivamente a ME/EPP, assegurando equilíbrio entre os princípios da economicidade, da isonomia, da seleção da proposta mais vantajosa e do desenvolvimento regional sustentável.

### 5.5. RESULTADO DA PESQUISA DO MERCADO CONSOLIDADO NO MUNICÍPIO DE CASTANHAL/PA, O QUAL ATENDE AS DEMANDAS PARA OBRA DE ENGENHARIA (ME/EPP):

RAZÃO SOCIAL	ENDEREÇO	SITUAÇÃO CADASTRAL
PLACE CONSTRUTORA E IMOBILIARIA LTDA	RUA CORONEL LEAL	ATIVA REGULAR
M DOS SANTOS MOTA COMERCIO LTDA	RUA FRANCISCO MAGALHÃES	ATIVA REGULAR
CONSTRUCASTRO	AVENIDA PRESIDENTE	ATIVA REGULAR



PREFEITURA MUNICIPAL DE CASTANHAL

EMPREENHIMENTOS LTDA	GETULIO VARGAS	
NOURA E SILVA LTDA	RUA EXPEDITO PONTES DE ARAUJO	ATIVA REGULAR
S. DA S. E SILVA	TRAVESSA FLORIANO PEIXOTO	ATIVA REGULAR
A. M. DUARTE E CIA LTDA	TRAVESSA HONORIO BANDEIRA	ATIVA REGULAR
MAIS CONSULTORIA DE IMÓVEIS LTDA	RUA CORONEL LEAL	ATIVA REGULAR
R E DE MELO COMERCIO EMPREENHIMENTOS LTDA	RUA WASHINGTON BASTOS	ATIVA REGULAR
PARÁ CONSTRUÇÕES LTDA	RUA DOM PEDRO II	ATIVA REGULAR
RAMALHO CONSTRUTORA LTDA	AVENIDA BARAO DO RIO BRANCO	ATIVA REGULAR
AR POLEN CONSTRUTORA E SERVICOS EIRELI	TRAVESSA QUINTINO BOCAIUVA	ATIVA REGULAR
LRF CONSTRUTORA LTDA	RUA WASHINGTON BASTOS	ATIVA REGULAR
DEMETRIUS PINTO ENGENHARIA E CONSTRUÇOES LTDA	RUA KAZUMA OYAMA	ATIVA REGULAR
SILVA PINHEIRO CONSTRUTORA LTDA	RUA FRANCISCO MAGALHAES	ATIVA REGULAR
VILSON CONSTRUTORA LTDA	RUA DR. LAURENO FCO A DE MELO	ATIVA REGULAR
GÉRLISON S. DE CASTRO LTDA	AVENIDA BARÃO RIO BRANCO	ATIVA REGULAR
MONTERRAT CONSTRUTORA LTDA	RUA CEARÁ	ATIVA REGULAR
J S FERREIRA DE MELO EMPREENHIMENTOS LTDA	RUA WASHINGTON BASTOS	ATIVA REGULAR
M M S OLIVEIRA LTDA	RUA ROSA LAURENTINO	ATIVA REGULAR
ALEPH ENGENHARIA LTDA	TRAVESSA URUGUAI	ATIVA REGULAR
S M CONSTRUTORA LTDA	RUA R KAZUMA OYAMA	ATIVA REGULAR
BLANCO CONSTRUÇÕES LTDA	RUA CHICO BAHIA	ATIVA REGULAR
LB SANTANA EMPREENHIMENTOS LTDA	RUA RUA DOUTOR ADAILSON DA SILVA RODRIGUES	ATIVA REGULAR
A G LISBOA DA SILVA	TRAVESSA SANTA CATARINA	ATIVA REGULAR
CONSTRUTORA F SILVA LTDA	RUA MAGALHAES BARATA	ATIVA REGULAR
FORTTE CONSTRUTORA LTDA	PASSAGEM SAO JOAO	ATIVA REGULAR
CONSTRUTORA FM LTDA	TRAVESSA QUINTINO BOCAIUVA	ATIVA REGULAR
JASPE INCORPORADORA LTDA	RUA CAPITAO LEAL SOBRINHO	ATIVA REGULAR
FUNDAR PRIME CONSTRUÇÕES LTDA	RUA DOUTOR BRAGANCA	ATIVA REGULAR

## 5.6. MUNICÍPIOS INTEGRANTES DA REGIÃO DE CASTANHAL

Para fins da aplicação do benefício regional, consideram-se abrangidos:

- **Castanhal** – sede regional;
- **Inhangapi** - vizinho imediato, acesso fácil pela PA-320;
- **Terra Alta** - acesso pela PA-136, rota direta;
- **São Francisco do Pará** - vizinho direto, interligado pela BR-316/PA-242;
- **Igarapé-Açu** - na PA-242, ligação curta e direta com Castanhal;
- **Curuçá** - embora litorâneo, tem forte fluxo via PA-136 e Castanhal como centro de apoio;
- **Marapanim** - na mesma rota de Curuçá, com dependência logística de Castanhal;
- **Santo Antônio do Tauá** - ligado pela PA-140, muito próximo;
- **Santa Isabel do Pará** - na BR-316, polarizada por Castanhal;
- **Vigia** - cidade polo litorânea, mas com forte ligação rodoviária e fluxo por Castanhal;

- **Colares** - mais distante, mas dependente logisticamente de Castanhal;
- **Magalhães Barata** - interligado via PA-136, também com apoio logístico em Castanhal;

### **5.7. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL E PREMISSAS DE PARTICIPAÇÃO**

A presente contratação observará o tratamento diferenciado concedido às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, em especial os arts. 42 a 49, aplicáveis às licitações e contratos pela regra do art. 4º da Lei nº 14.133/2021.

Para fins de aplicação prática, o limite de enquadramento será o seguinte:

- **ME**: receita bruta anual de até R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais);
- **EPP**: receita bruta anual superior a R\$ 360.000,00 até R\$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais).

Ressalte-se que tais limites devem ser aferidos de acordo com o faturamento declarado no último ano-calendário encerrado ou, no caso de empresas recém-criadas, pela projeção anualizada de sua receita bruta.

Ademais, conforme § 2º do art. 4º da Lei nº 14.133/2021, **somente poderão usufruir dos benefícios as empresas que, no ano da licitação, não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cuja soma ultrapasse o limite de enquadramento de EPP.**

Nas hipóteses de contratos com vigência superior a 12 (doze) meses, para efeito de cálculo, será considerado o valor anual do contrato e não o montante global.

### **6. RESPONSABILIDADE DE ELABORAÇÃO**

Certificamos, para os devidos fins, que a equipe de Planejamento, juntamente com o departamento de engenharia, é o responsável pela elaboração do presente documento, através dos seus representantes abaixo assinalados.

### **7. ANEXOS E APÊNDICES**

#### **7.1 APENDICE I – RESUMO GERAL**

#### **7.2 APENDICE II – MAPA DE RISCO**

Castanhal/PA, 17 de abril de 2026

**Elaborado por:**

**Ciente e autorizo prosseguimento:**

---

Alana Souza Pereira Ribeiro  
Engenheira Civil  
CREA nº 1521051003/PA

---

Rione Schesquine Heringer Martins  
Secretária de Planejamento e Gestão  
Decreto nº 006/2025 – PMC